SERGIO RUY DAVID POLIMENO VALENTE

**Políticas públicas e a visão jurídico-institucional: o caso do saneamento
básico no Brasil**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Associada Dra. Maria Paula Dallari Bucci

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

SERGIO RUY DAVID POLIMENO VALENTE

**Políticas públicas e a visão jurídico-institucional: o caso do saneamento
básico no Brasil**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração em Direito do Estado, sob orientação da Profa. Associada Dra. Maria Paula Dallari Bucci.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Valente, Sergio Ruy David Polimeno

Políticas públicas e a visão jurídico-institucional: o caso do saneamento básico no Brasil / Sergio Ruy David Polimeno Valente ; orientadora Maria Paula Dallari Bucci -- São Paulo, 2018.
149 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Direito e Políticas Públicas. 2. Saneamento básico. 3. Neoinstitucionalismo histórico. 4. Institucionalismo jurídico. 5. Direito público. I. Bucci, Maria Paula Dallari, orient. II. Título.

Nome: VALENTE, Sergio Ruy David Polimeno

Título: Políticas públicas e a visão jurídico-institucional: o caso do saneamento básico no Brasil

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração em Direito do Estado.

Orientadora: Profa. Associada Dra. Maria Paula Dallari Bucci

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Associada Dra. Maria Paula Dallari Bucci (Orientadora) Instituição: FDUSP

Assinatura: _____

Prof. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Julgamento: _____

Prof. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Julgamento: _____

Prof. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Maria Paula Dallari Bucci, pelo exemplo de excelência e pela abnegada orientação.

Agradeço a Ighor Rafael de Jorge e Fernanda Rocha de Moraes, pelas discussões e debates sobre Teoria Geral do Estado e Políticas Públicas, travados durante a atividade de monitoria que desempenhamos juntos, fontes valorosas de ideias e entusiasmo.

Agradeço a Rodrigo Pires da Cunha Boldrini, pelas longas conversas sobre a matéria, inspiração para vários rumos e visões da pesquisa.

A Luiz Gustavo Bambini de Assis, pelo incentivo e auxílio de toda ordem.

Aos membros da banca do exame de qualificação, Professores Floriano de Azevedo Marques Neto e Diogo Rosenthal Coutinho, pelas observações e sugestões valiosas.

À minha mãe, Maria Elvira Polimeno Valente, pelo apoio em todas as horas; ao meu pai, Francisco Valente, pela curiosidade e interesses herdados. Às minhas irmãs, Fernanda Valente Burmeister e Luciana Polimeno Valente, pelo companheirismo.

Agradeço ainda a Osvaldo Alves de Castro Filho, Marcelo Pereira Longo, Caricielli Maisa Longo, Evandro Carlos Garcia, Renato Sano Coelho, Rodrigo de Oliveira e Souza Wenzel, Christian Bickel, Larissa Diniz, Marcos Chucralla Moherdaui Blasi, Marcela Oliveira Santos, Gabriel de Mello Galvão, Ana Luiza Krüger, Mariana Alves Araújo Lopes, Pedro Augusto Costa Gontijo, Érica Nogueira Soares d'Almeida, Rafael Gandara D'Amico, Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes, Daniela Correa de Sequeira e Christiano Ernesto Burmeister, cada qual com um lugar próprio na trajetória desafiante desses três anos do curso de mestrado.

À minha mãe.

RESUMO

VALENTE, Sergio Ruy David Polimeno. **Políticas públicas e a visão jurídico-institucional**: o caso do saneamento básico no Brasil. 2018. 149 p. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Este trabalho objetiva investigar e mapear as características e defeitos do arranjo jurídico-institucional da política nacional de saneamento básico, evidenciando a relação entre a política e o direito. Objetiva, ainda, o desenvolvimento teórico do tema, com o aprimoramento de uma metodologia de análise que possa ser aplicada a qualquer política pública. Considerando o caráter interdisciplinar da matéria, parte-se da base teórica de ciência política, na linha do neoinstitucionalismo histórico, e incorpora-se o ferramental jurídico à análise, com vistas a alargar as possibilidades de aplicação. A identificação de oportunidades de veto juridicamente qualificadas, nos diversos processos que compõem a política de saneamento, indica haver disfunções no arranjo que contribuem para o aumento da assimetria de poder entre atores e o reforço da dependência de trajetória. Esses defeitos têm componentes tanto jurídicos quanto políticos e colaboraram para a manutenção do modelo setorial criado na década de 1970, baseado em companhias estaduais de saneamento. O exame crítico da política sugere que isso se deve a uma série de fatores, entre eles: incertezas sobre a titularidade do serviço, incertezas sobre indenizações ao fim dos contratos, dispensa de licitação para contratação de empresas estatais, sobreposição de papéis, projeções irreais de investimento, ausência de uma estrutura de financiamento que altere a dinâmica de subsídios cruzados e a falta de efetividade de algumas regras, como a obrigatoriedade de edição dos planos municipais. Tais fatores induzem a manutenção do *status quo* de baixa cobertura dos serviços, especialmente coleta e tratamento de esgoto, que ostentam os piores índices.

Palavras-chave: Saneamento Básico. Direito e Políticas Públicas. Neoinstitucionalismo Histórico. Oportunidades de veto. Dependência de trajetória.

ABSTRACT

VALENTE, Sergio Ruy David Polimeno. **Public policies and the legal-institutional view**: the case of basic sanitation in Brazil. 2018. 149 p. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

This paper aims to investigate and map the characteristics and flaws of the legal-institutional arrangement of the national policy on basic sanitation, highlighting the relationship between politics and law. It also aims at the theoretical development of the subject, with the improvement of an analysis method that can be applied to any public policy. Considering the interdisciplinary nature of the subject, there is a political science approach - a historical neo-institutionalism background– aligned with a legal standpoint in order to make a more comprehensive analysis, with the purpose of extending its possibilities of use. The identification of legally qualified veto points in the various processes that comprise the sanitation policy indicates that there are dysfunctions in the way things are organized, which contribute to the increase of power imbalance between actors and the reinforcement of path dependency. These flaws have both legal and political components, and have helped maintain the sector model created in the 1970s, based on state-owned sanitation companies. A thorough examination of the policy suggests that this comes as a result of various factors, including: uncertainties about service ownership, uncertainties about indemnities at the end of contracts, waiver of bidding for state-owned companies, overlapping of roles, unrealistic investment projections, absence of a financing structure that changes the dynamics of cross-subsidies, and the lack of effectiveness of some rules, such as the obligation to edit municipal plans. These factors induce the maintenance of the status quo of low coverage of services, especially the collection and treatment of sewage, which end up with the worst coverage rates.

Keywords: Basic Sanitation. Law and Public Policies. Historical Neo-institutionalism. Veto points. Path dependency.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 – Interesses	65
Quadro 2 – Atores por função	66

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCON	Associação Brasileira das Concessionárias Privadas dos Serviços Públicos
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ANA	Agência Nacional de Águas
ARIS	Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento
ARSAE-MG	Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
ARSESP	Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAB Ambiental	Companhia Águas do Brasil
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CBPO	Companhia Brasileira de Projetos e Obras
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica
DNOS	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNSA	Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUSAN	Fundo Nacional de Saneamento
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
PLANSAB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PLS	Projeto de Lei do Senado
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNSB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PPPs	Parcerias Público-Privadas
PROTESTE	Associação Brasileira de Defesa do Consumidor
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SANEAGO	Companhia Saneamento de Goiás
SANEPAR	Companhia de Saneamento Básico do Estado do Paraná
SENEATINS	Companhia Estadual de Saneamento de Tocantins
SINASA	Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico
SISNASA	Sistema Nacional de Saneamento
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 SANEAMENTO BÁSICO COMO OBJETO DE ESTUDO	15
1.1 Relevância, problema e hipótese	15
1.2 Formalismo jurídico e funcionalismo jurídico.....	17
2 A VISÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	25
2.1 Oportunidades de veto e os processos de políticas públicas.....	35
2.2 <i>Path Dependency</i> , incrementalismo e mudanças estruturais	41
2.3 Planos institucionais em políticas públicas.....	42
2.4 O papel da dogmática na análise jurídico-institucional	45
2.5 Arranjos jurídico-institucionais e o método do quadro de referência.....	50
3 O SETOR DE SANEAMENTO E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO	55
3.1 Serviço público e a questão redistributiva	55
3.2 Quadro geral de interesses e atores	60
3.3 Trajetória condicionante do saneamento	66
3.4 O marco normativo do arranjo jurídico-institucional do saneamento.	73
3.5 Demais componentes do arranjo e elementos do quadro de referência	89
4 O SETOR DE SANEAMENTO ENTRE A POLÍTICA E O DIREITO	95
4.1 Processo legislativo: campo natural dos embates	95
4.2 Processo judicial: a rota das questões não resolvidas	106
4.3 Processo governamental: a evidência dos defeitos jurídico-institucionais	117
CONCLUSÃO	137
REFERÊNCIAS.....	140

INTRODUÇÃO

A temática de políticas públicas, no âmbito acadêmico, é explorada atualmente sob as mais variadas perspectivas, a depender do campo científico no qual se insere a pesquisa. Uma mesma política pública, concretamente considerada, pode ser objeto de estudos de economistas, administradores, engenheiros, cientistas políticos, ambientalistas, juristas, entre outros. No que tange especificamente ao Direito, as possibilidades de contribuição para o melhor entendimento de uma questão específica sobre o tema são infindáveis e de especial relevância, já que é característica comum a todas as políticas públicas, independentemente do campo de intervenção, a sua estruturação por elementos caros à ciência jurídica, notadamente os textos normativos, dos mais variados níveis, fontes e finalidades. Nesse sentido, uma contribuição importante que os estudos jurídicos em políticas públicas – e, talvez, somente eles – podem trazer é a análise técnica do arcabouço normativo que conforma as políticas, por meio do qual o Estado comunica, aos diversos atores envolvidos e à sociedade como um todo, o conteúdo e o sentido de suas ações, diretrizes e objetivos, bem como os incentivos e desincentivos a comportamentos.

Contudo, para que essa análise possa alcançar resultados concretos de identificar problemas e abrir caminho para abordagens prospectivas de busca e criação de soluções, não pode se limitar pura e simplesmente ao estudo dogmático das normas pertinentes a um determinado campo para sua melhor interpretação, extração de sentido e esclarecimento. As abordagens eminentemente dogmáticas – cujo valor não se despreza, muito pelo contrário – possuem objetivos diversos daquele que aqui se pretende atingir.

Os mais variados ramos didaticamente autônomos do Direito, como o Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Econômico, entre outros, se ocupam de problemas jurídicos diversos, a eles relacionados, os quais, não têm necessariamente como preocupação a efetividade de um determinado arranjo, a explicação das razões pelas quais os efeitos político-jurídicos dos textos normativos se dão desta ou daquela maneira e o porquê de determinada política atingir resultados diversos daqueles socialmente desejados ou planejados. A abordagem de Direito e Políticas Públicas, por outro lado, tem esses elementos como objetos importantes de investigação. A preocupação com o regime de efeitos e com o fenômeno governamental a aproxima das visões tradicionalmente afeitas a outros campos de estudo, em especial a ciência política. Por esse motivo, diversas

categorias de análise dessa área podem ser consideradas úteis à melhor compreensão dos problemas e pontos de partida para o alargamento do objeto estudado.

Contudo, a abordagem de Direito e Políticas Públicas se diferencia cientificamente das demais na medida em que se utiliza de todo o ferramental proporcionado pela dogmática jurídica para compreender os problemas relativos à ação governamental, evidenciando a relação entre política e direito. Nessa linha, o principal referencial e ponto de partida desta dissertação é a obra *Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas*, de Maria Paula Dallari Bucci¹, que estabelece as linhas teóricas principais e a sistematização da abordagem em Direito e Políticas Públicas, com o intuito de compreender o fenômeno governamental com base em categorias próprias do direito e contribuir para o desenvolvimento de fórmulas de estruturação e organização do Poder Público capazes de melhorar a sua intervenção.

Dito isso, o presente trabalho é uma proposta de aplicação dessa abordagem teórica, com foco na visão jurídico-institucional, para a análise concreta de uma política pública determinada. Para tanto, foi escolhido o setor de saneamento básico, em razão de sua importância socioeconômica, sua relevância para a efetivação de direitos fundamentais como saúde, desenvolvimento e meio ambiente equilibrado, bem como afinidade pessoal e profissional do autor com o tema. Saneamento básico, para os fins deste trabalho, refere-se ao abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, excluindo-se a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos.

A principal característica dessa dissertação é justamente essa investida, qual seja, o tratamento teórico do tema, com seu desenvolvimento, e o desafio de sua aplicação para alcançar resultados práticos, em especial a melhor compreensão das características jurídico-institucionais da política nacional de saneamento básico, seus efeitos e como se apresenta, no setor, a relação entre política e direito, que se afigura como móvel da ação governamental. Parte-se, para tanto, de categorias próprias das análises de políticas públicas em ciência política, utilizando-se adicionalmente do instrumental próprio da dogmática jurídica, qualificando a visão institucional com o elemento jurídico.

O trabalho pode ser dividido em duas partes distintas, uma teórica e outra aplicada. A primeira, formada pelos capítulos 1 e 2, introduz e explica, do ponto de vista teórico, as categorias principais que servirão como pressupostos e ferramentas de análise, procurando, ainda, esclarecer os aspectos metodológicos da dissertação, a delimitação de seu objeto,

¹ BUCCI, Maria Paula Dallari. *Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas*. São Paulo: Saraiva, 2013.

expor o problema a ser investigado e a hipótese de pesquisa. Inicialmente, procura-se justificar a escolha da política de saneamento como objeto de estudo, sua relevância econômica e social, e os objetivos específicos do trabalho. Em seguida, discorre-se sobre dois tipos distintos de visões jurídicas, quais sejam, a formalista e a funcionalista, indicando a qual delas pertence o presente estudo e as razões para tanto. Passa-se, então, a abordar em maiores detalhes sobre do que se trata a visão jurídico-institucional e, além disso, qual o papel da dogmática jurídica no caso em tela e sua relação com as demais categorias de análise advindas da ciência política, apontadas como úteis aos objetivos pretendidos.

Ao longo da parte teórica, é dado destaque especial para algumas categorias especialmente significativas, como o conceito de arranjo jurídico-institucional, o quadro de referência em políticas públicas e as noções de oportunidade de veto e dependência de trajetória, as quais terão utilidade recorrente quando da análise aplicada. Procura-se, com isso, situar o leitor sobre os conceitos a serem empregados na análise da política pública em concreto, a fim de facilitar sua compreensão.

A segunda parte do trabalho, formada pelos capítulos 3 e 4, consiste em uma análise aplicada. Em primeiro lugar, trata da trajetória do setor de saneamento no Brasil, não de forma a se pretender uma análise histórica integral, mas evidenciando os pontos mais importantes para o entendimento da situação atual, os fatores de dependência de trajetória influenciadores do cenário contemporâneo e do atual desenho jurídico-institucional. Em seguida, é feita uma leitura extensiva e descritiva do principal marco normativo vigente do setor de saneamento, a Lei 11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais do setor e é a base principal do arranjo jurídico-institucional. É apresentado também um quadro geral de interesses e atores e o quadro de referência, com os componentes adicionais do arranjo jurídico-institucional.

Passa-se, então, a tratar da política de saneamento com base em três dos seus processos juridicamente estruturados. Na análise do processo legislativo, busca-se evidenciar as disputas e as diferentes visões políticas após a promulgação da Constituição de 1988 e como elas influenciaram na tramitação das diversas propostas de normatização do setor e na conformação jurídica do atual marco normativo vigente. Na análise do processo judicial, procura-se relacionar as disputas evidenciadas anteriormente com a dinâmica judicial, destacando como o Judiciário se tornou arena sucessiva ao Legislativo, muito em razão do desfecho insuficiente da formação da política naquela seara. Já no processo governamental, buscou-se analisar criticamente os efeitos político-jurídicos do

arranjo institucional resultado das disputas na ação governamental propriamente dita, com a identificação de defeitos no arranjo institucional e suas manifestações jurídicas, a criarem oportunidades de veto privilegiadas para determinados atores e, conseqüentemente, distorcendo seus objetivos originais.

Ao longo da análise aplicada, são mencionados, a título ilustrativo, alguns casos concretos, como processos judiciais específicos, licitações, experiências de exploração de serviços, etc. A menção a tais casos é realizada sempre de forma tópica, sem a pretensão de expor um quadro completo ou estatisticamente significativo de análise, mas sim com o intuito de evidenciar o apontamento de determinadas relações de causa e consequência relativamente ao arranjo institucional.

Espera-se que, com essa dissertação, seja possível o entendimento de algumas categorias teóricas da linha de pesquisa explorada, bem como a sua efetiva utilização prática para identificação de problemas – ou gargalos – jurídico-institucionais reais do setor de saneamento básico no Brasil. Deseja-se com isso, também, contribuir para o desenvolvimento de um método de análise de políticas públicas aplicável concretamente a quaisquer outros setores objetos de intervenção por meio de políticas públicas.

CONCLUSÃO

O objetivo desta dissertação foi investigar e mapear as características e defeitos do desenho jurídico-institucional da política nacional de saneamento básico, evidenciando a relação entre a política e o direito e identificando os componentes relacionados com essas esferas e suas conexões.

Para isso, foi necessário abordar, nos primeiros dois capítulos, os aspectos teóricos do tema, apresentando a metodologia e principais categorias a serem utilizadas na análise aplicada. Considerando o caráter interdisciplinar do tema políticas públicas, bem como a preocupação com seu regime de efeitos político-jurídicos, partiu-se da base teórica do neoinstitucionalismo histórico, cara à ciência política, para permitir o alargamento de sua aplicação analítica pela incorporação do ferramental dogmático-jurídico característico dos ramos didaticamente autônomos do direito.

Como pressuposto de análise, consoante a linha neoinstitucionalista histórica, considerou-se que as políticas públicas, por meio de suas instituições, conformam as condutas dos atores e distribuem desigualmente o poder, além de serem significativamente dependentes de sua trajetória institucional. O esforço investigativo, no caso em tela, concentrou-se no plano mesoinstitucional das políticas públicas, com foco na noção de arranjo jurídico-institucional, conceito que foi utilizado ao longo de todo o texto e que, por isso, demandou tratamento prévio.

Outra categoria de destaque ao longo da dissertação foi a de oportunidades de veto, quais sejam, instâncias ou conformações institucionais que atribuem a determinados atores, de modo privilegiado, a possibilidade de influir derradeiramente sobre os destinos de uma política ou proposição.

O conceito de política pública como programa de ação governamental composto por processos juridicamente regulados também foi pressuposto essencial do trabalho. A noção de processos em políticas públicas, com sua diversidade, permitiu identificar possibilidades de aplicação de metodologias caras à ciência política de forma mais precisa em esferas além do processo legislativo ou eleitoral, como o processo judicial e o processo governamental. A identificação de oportunidades de veto, aliada à “caixa de ferramentas” proporcionada pela dogmática jurídica, se mostrou útil para delinear as disfunções jurídico-institucionais do setor de saneamento, além de suas manifestações nas diversas esferas de processualidade.

No capítulo 3, procurou-se prover as bases analíticas da política de saneamento a possibilitar, posteriormente, o exame crítico por meio da utilização das categorias teóricas previamente expostas. Situou-se materialmente a temática no campo do serviço público, e destacou-se seu caráter redistributivo. Em seguida, foi feita uma descrição essencial tanto do ambiente jurídico-institucional e dos interesses gerais que orbitam o setor quanto do arranjo jurídico-institucional da política. Foi realizada uma leitura dos principais pontos do marco instituidor, a Lei Federal 11.445/07, bem como citados outros elementos do arranjo institucional componentes do quadro de referência.

A trajetória condicionante do setor de saneamento foi exposta a fim de subsidiar as reflexões feitas. Descreveu-se a evolução do setor, especialmente o modelo do PLANASA na década de 70, no qual a estrutura de prestação concentrada nas companhias estaduais de saneamento se estabeleceu, assim como os motivos da decadência do modelo, relacionados com a transformação do ambiente institucional e o colapso das estruturas de financiamento.

No quarto e último capítulo, procurou-se trazer luz às disfunções no arranjo jurídico-institucional da política de saneamento, intensificando seu exame crítico, bem como qualificar juridicamente as oportunidades de veto, quando possível, na medida em que foram identificadas.

Com a análise do processo legislativo pós-PLANASA, pôde-se identificar como as diversas visões e interesses (estadualistas, municipalistas, privatistas e publicistas) influíram sobre a construção do marco normativo, o qual se alongou por muitos anos até que se chegasse a um termo final com a Lei 11.445/07. No processo legislativo das diversas proposições, houve desde veto presidencial integral a um projeto de viés estatista aprovado no Congresso, até organização de setores da sociedade civil para barrar a aprovação de projeto de viés eminentemente privatista. O resultado final foi um marco normativo com algumas incongruências e omissões que contribuíram, juridicamente, para o acirramento de disputas no âmbito judicial e governamental, deslocando-as de sua seara natural.

Ao tratar do processo judicial, demonstrou-se como a omissão legislativa contribuiu para um cenário de embate judicial de interesses que criou insegurança jurídica, além de propiciar oportunidades de veto a determinados atores, com destaque às companhias estaduais, favorecendo as situações fáticas já consolidadas.

Finalmente, na última parte do capítulo 4, foi dado destaque maior a algumas das principais disfunções do arranjo jurídico-institucional da política de saneamento.

Discorreu-se sobre o impacto que a indefinição sobre indenizações de bens reversíveis trouxe à ação governamental, discussão cuja existência, por si só, já surtiu distorções e privilégios às companhias estaduais no processo governamental. Foi apontada também a conjunção entre o instituto do contrato de programa em conjunto com a dispensa de licitação para sua celebração, como oportunidade de veto juridicamente qualificada a obstar uma melhor participação privada por meio de concessões municipais de prestação dos serviços.

Criticaram-se as disposições do PLANSAB sobre projeções econômicas e previsão de investimento, mostrando que o estabelecimento de cenários irreais para as capacidades estatais caracterizavam a inadequação da opção ideológica pelo modelo eminentemente estatal de prestação de serviços. Adicionalmente, a menção às obras paralisadas do PAC 1 e 2 contribuiu para ilustrar o raciocínio de que o modelo puramente estatal pode não ser o mais indicado a superar os desafios de universalização.

Sobre o problema do financiamento, ressaltou-se como um defeito de institucionalização oriundo do processo legislativo, com a descaracterização da proposta original de criação de um fundo centralizado com governança democrática e transparente, contribuiu para o fortalecimento ainda maior dos interesses das companhias estaduais, para as quais a dinâmica dos subsídios cruzados, menos transparente, é vantajosa.

Acerca da regulação do setor, foi demonstrado como, na prática, a concentração de papéis de regulador, prestador, planejador e acionista controlador no âmbito de um mesmo ente federativo, ainda que se tratem de papéis formalmente distintos e independentes, pode, potencialmente, representar defeito do arranjo jurídico-institucional.

E, finalmente, mencionou-se a falta de efetividade normativa quanto ao cumprimento de prazos para a elaboração de planos municipais de saneamento básico, o que certamente tem impacto negativo sobre os resultados concretos da política pública.

Como conclusão geral do trabalho, remontando ao problema de pesquisa e à hipótese proposta, há claras evidências de que os resultados insatisfatórios observados no setor de saneamento básico no Brasil se devem a fatores jurídico-institucionais, como os acima expostos. Almeja-se ter contribuído, de alguma forma, para a continuidade do desenvolvimento de um método de análise de políticas públicas no qual a relação entre os elementos jurídico e político é a peça central, e o mapeamento de defeitos ou gargalos é o objetivo. Espera-se, também, ter colaborado com as reflexões específicas sobre os problemas e desafios setoriais do saneamento básico no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Guilherme da Rocha. Estruturas de financiamento aplicáveis ao setor de saneamento básico. *BNDES Setorial*, n. 34, p. 45-94, 2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/colheimento/bnset/set3402.pdf>. Acesso em: 12 maio. 2016.

ALOCHIO, Luiz Henrique Antunes. *Direito ao saneamento: introdução à lei de diretrizes nacionais de saneamento básico*. Campinas: Millenium, 2010.

AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. O Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos de Concessão de Rodovias. *Revista dos Advogados*, ano XXIX, n. 107, p. 25-32, 2009.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ARZABE, Patrícia Helena Massa. Conselhos de Direitos e Formulação de Políticas Públicas. In: BUCCI, Maria Paula Dallari et al (Org.). *Direitos humanos e políticas públicas*. São Paulo: Pólis, 2001. p. 32-43. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/441> Acesso em 18 mai 2016.

AUBERT, Jean-François. Switzerland. In: BUTLER, David; RANNEY, Austin. *Referendums: A Comparative Study of Practice and Theory*. Washington: The American Enterprise Institute, 1978. p. 39-66.

AZEVEDO, Paulo. Público versus privado: efeitos das privatizações sobre o acesso e a equidade do acesso a serviços de saneamento básico no Brasil. In: 42º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2014, Natal. *Anais do 42º Encontro Nacional de Economia*. Brasília: ANPEC, 2014. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/novosite/br/encontro-2014>>. Acesso em: 3 jul 2017.

AZZONI, Carlos Roberto; SCRIPTORE, Juliana Souza. Impactos do saneamento básico sobre a saúde uma análise espacial. In: 44º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2016, Foz do Iguaçu. *Anais do 44º Encontro Nacional de Economia*. Brasília: ANPEC, 2016. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/novosite/br/44-encontro-nacional-de-economia--trabalhos-selecionados>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

BARIANI JUNIOR, Percival José; DAL POZZO, Augusto Neves. As Agências Reguladoras e a concessão de serviço público de saneamento básico. In: LUNA, Guilherme Ferreira Gomes et al (Coord.). *Saneamento Básico*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p.79-94.

BARROSO, Luís Roberto. Saneamento básico: competências constitucionais da União, Estados e Municípios. *Revista de informação legislativa*, v. 38, n. 153, p. 255-270, 2002.

BERCOVICI, Gilberto. Saneamento Básico e Federalismo: serviço público e competências comuns. In: LUNA, Guilherme Ferreira Gomes et al (Coord.). *Saneamento Básico*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p. 197-213.

BOBBIO, Norberto. *Da estrutura à função. Novos estudos de teoria do direito*. Barueri: Manole, 2007.

BOLDRINI, Rodrigo Pires da Cunha. *Garantia de Direitos e Separação dos Poderes*. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

BOLZAN, Fabrizio. A natureza da contraprestação pecuniária nos serviços de saneamento básico: taxa ou tarifa? In: PICININ, Juliana et al (Org.). *Saneamento Básico – Estudos e pareceres à luz da Lei 11.445/2007*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009. p. 161-186.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Contribuição para a redução da judicialização da saúde. Uma estratégia jurídico-institucional baseada na abordagem de Direito e Políticas Públicas. In: BUCCI, Maria Paula Dallari; DUARTE, Clarice Seixas. *Judicialização da saúde: a visão do Poder Executivo*. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 31-88.

_____. *Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas*. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Notas para uma metodologia jurídica de análise de políticas públicas. *Fórum Administrativo: Direito Público*, Belo Horizonte, v. 9, n. 104, p. 20-34, 2009. Disponível em: <<http://dspace.xmlui/bitstream/item/5816/PDIexibepdf.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 set. 2016.

_____. Quadro de referência de uma política pública. Primeiras linhas de uma visão jurídico-institucional. In: SMANIO, Gianpaolo Poggio; BERTOLIN, Patrícia Tuma; BRASIL, Patrícia Cristina (Orgs.). *O Direito na Fronteira das Políticas Públicas*. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2015. pp. 7-11.

BUCCI, Maria Paula Dallari; COUTINHO, Diogo R.; Arranjos jurídico-institucionais da política de inovação tecnológica: uma análise baseada na abordagem de direito e políticas públicas. In: COUTINHO, Diogo R.; FOSS, Maria Carolina; MOUALLEN, Pedro Salomon B.(Orgs.). *Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 313-340.

CALDEIRA, Gregory A. Public Opinion and the U.S. Supreme Court: FDR's Court-Packing Plan. *The American Political Science Review*, v. 81, n. 4, p.1139-1153, 1987.

CÂMARA, Camila G; FRANÇA, Vladimir da Rocha. O subsídio cruzado na política nacional de saneamento básico como mecanismo de garantia ao desenvolvimento sustentável e aos direitos fundamentais. In: CUNHA, Belinda Pereira da; SILVA, Maria dos Remédios Fontes; DOMINGOS, Terezinha de Oliveira (Orgs.). *Direito e Sustentabilidade*. João Pessoa: CONPEDI, 2014. p. 37-63.

CAMATTA, Adriana Freitas Antunes. *Saneamento Básico. Desafios na universalização frente aos impasses econômicos e sociais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Direito e diferenciação social*. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAMPILONGO, Celso Fernandes; FARIA, José Eduardo. *A sociologia jurídica no Brasil*. Porto Alegre: Fabris, 1991.

CARVALHO, Vinicius Marques de. *O direito do saneamento básico*, São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CHOUDHRY, Sujit. The Lochner era and comparative constitutionalism. *International Journal of Constitutional Law*, v. 2, n.1, p.1-55, 2004.

CONFORTO, Glória. A regulação e a titularidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 5, p.165-80, 2000.

COSTA, Nilson do Rosário; SOUSA, Ana Cristina A. de. Política de saneamento básico no Brasil. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. 23, n. 3, p. 615-634, 2016.

COUTINHO, Diogo Rosenthal. O direito nas políticas sociais brasileiras: Um estudo sobre o programa Bolsa Família. In: SCHAPIRO, Mario G; TRUBEK, David M. (Orgs.). *Direito e Desenvolvimento: Um diálogo entre os Brics*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 73-131.

_____. Saneamento básico: aumentos tarifários para investimentos na melhoria e expansão do serviço, *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 264, p. 281-300, 2013.

COUTINHO, Diogo Rosenthal et al. Poder Concedente e Marco Regulatório no Saneamento Básico. *Cadernos Direito GV*, São Paulo, v. 2, n. 2, Relatório de Pesquisa n. 10, 2006.

CREPAZ, Markus M.; MOSER, Ann W. The impact of collective and competitive veto points on public expenditures in the global age. *Comparative Political Studies*, v. 37, n. 3, p. 259-285, 2004.

CRUZ, Karlos Arcanjo da; RAMOS, Francisco de Sousa. Evidências de subsídio cruzado no setor de saneamento básico nacional e suas consequências. *Nova Economia*, v. 26, n. 2, p. 623-651, 2016.

D'AMICO, Rafael Gandara; VALENTE, Sergio R. D. P. Contrato de Programa, regulação estadual e o setor de saneamento básico: comentários à luz de alguns dos recentes acontecimentos no Estado de São Paulo. In: PICININ, Juliana et al (Org.). *Saneamento Básico – Estudos e pareceres à luz da Lei 11.445/2007*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009. p. 47-56.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2013.

DAVIS, Lance; NORTH, Douglass. Institutional Change and American Economic Growth: A First Step Towards a Theory of Institutional Innovation. *The Journal of Economic History*, v. 30, n. 1, p. 131-149, 1970.

DEMOLINER, Karine Silva. *Água e saneamento básico: regimes jurídicos e arcos regulatórios no ordenamento brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia. *Direito Administrativo*. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DUGUIT, León. *Traité de Droit Constitutionnel*. Paris: Ancienne Librairie, 1923.

FELTRIN, Camila. *Sabesp e prefeituras brigam por dívida bilionária*. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/municipios-da-grande-sp-acusam-sabesp-de-sufocamento-financeiro-3996.html>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Path dependency e os estudos históricos comparados. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 53, p. 79-102, 2002.

FORTINI, Cristina; ROCHA, Rúsvel Beltrame. Consórcios públicos, contratos de programa e a lei de saneamento. In: PICININ, Juliana et al (Org.). *Saneamento Básico – Estudos e pareceres à luz da Lei 11.445/2007*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009. p.137-156.

FREITAS, José Carlos de. Água, Saneamento e Saúde. In: BENJAMIN, Antonio Herman (Org.). *Direito, água e vida*, v. 2. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003. p. 603-619.

FREY, Bruno S. Institutions matter: The comparative analysis of institutions. *European Economic Review*, v. 34, n. 2, p. 443-449, 1990.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. *Ensaio e Discurso sobre a interpretação - aplicação o Direito*. São Paulo: Malheiros, 2003.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary, C. R. Political Science and the Three New Institutionalisms. *Political Studies*, n. 44, p. 936–957, 1996.

HAURIOU, Maurice. *A Teoria da Instituição e da Fundação*. Trad. José Ignacio Coelho Mendes Neto. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2009.

HELLER, Leo et al. A experiência brasileira na organização dos serviços de saneamento básico. In: CASTRO, Esteben José; HELLER, Leo (Orgs.). *Política Pública e gestão de serviços de saneamento*. Belo horizonte: Fiocruz, 2013. p. 483-502.

IMMERGUT, Ellen. O núcleo teórico do novo institucionalismo. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). *Políticas Públicas*. Coletânea, vol. 1. Brasília: ENAP, 2006. p. 155-195.

_____. The rules of the game: The logic of health policy-making in France, Switzerland and Sweden. In: STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONGSTRETH, Frank. *Structuring Politics. Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.p. 57-89.

INSTITUTO TRATA BRASIL. *Benefícios econômicos da expansão do saneamento brasileiro*. São Paulo: FGV/IBRE, 2010. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/novo_site/cms/files/trata_fgv.pdf>. Acesso em: 09 maio. 2016.

_____. *Relatório – 7 anos de Acompanhamento do PAC SANEAMENTO*. 2016. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/de-olho-no-pac/2016/relatorio.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde*. São Paulo: Cortez, 1989.

JÈZE, Gaston, *Les principes généraux du droit administratif*, Tome II, 3e. Ed. Paris: Lib. Marcel GIRARD, 1930.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. 8. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAVALLE, Adrián G.; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua nova – Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 67, p. 49-103, 2006.

LEOPARDI, Maria Tereza; BARROS E CASTRO; Marco Tulio de. Uma abordagem jurídica de análise de políticas públicas. *Brazilian Journal of Empirical Legal Studies*, vol.4, n. 2, p. 9-22, 2017.

LINDBLOM, Charles E. Muddling Through 2: a ubiqüidade da decisão incremental. In: HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco. *Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 181-203.

LOWI, Theodore J. Distribution, regulation, redistribution : the functions of government. In: RIPLEY, Randall Butler. *Public policies and their politics: an introduction to the techniques of government control*. New York: Norton, 1966. p. 27-40.

MALDONADO, Daniel E. B. O formalismo jurídico, a educação jurídica e a prática profissional do Direito na América Latina. Trad. Alexandrina Benjamin Estevão de Farias. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, Goiânia*, v. 36, n. 2, p. 101-134, 2012.

MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Orgs.). *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP/Editora Fiocruz, 2013. p. 23-46.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. As parcerias público-privadas no saneamento ambiental. *Revista eletrônica de Direito Administrativo Econômico*, Salvador, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/redae/edicao/02>>. Acesso em: 02 out. 2017.

MARQUES NETO, Floriano Peixoto de Azevedo; GAROFANO, Rafael Roque. Notas sobre o Conceito de Serviço Público e suas Configurações na Atualidade. *Revista de Direito Público da Economia*, v. 46, p. 63-77, 2014.

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 19. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. Nova crise do serviço público? In: GRAU, Eros Roberto; CUNHA, Sergio Sérvulo da (Coords.). *Estudos de Direito Constitucional em homenagem a José Afonso da Silva*. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 527-538.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MELLO, Marina Figueira de. Privatização do setor de saneamento no Brasil: quatro experiências e muitas lições. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 495-517, 2005.

MONTESQUIEU, Charles L. de Secondat, Baron de la. *O espírito das Leis*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORAIS, Carlos Blanco de. *Manual de Legística: critérios científicos e técnicos para legislar melhor*. Lisboa: Editora Verbo, 2007.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Poder concedente para abastecimento de água. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 213, p. 23-34, 1998.

MOTA, Carolina. O controle social no setor de saneamento básico: principais aspectos da Lei Federal 11.445, de 05 de janeiro de 2007 – Lei de Saneamento Básico. In: _____. (Coord.). *Saneamento Básico no Brasil. Aspectos jurídicos da Lei Federal 11.445/07*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

OLIVEIRA, Gesner; VASCONCELOS, Andréa Costa de. Subsídio à população de baixa renda: mecanismo para universalização dos serviços públicos de saneamento. In: LUNA, Guilherme Ferreira Gomes et al (Coord.). *Saneamento Básico*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p.173-196.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Global Costs and benefits of drinking-water supply and sanitation interventions to reach the MDG target and universal coverage*. Genebra: WHO Press 2012. Disponível em: <http://www.who.int/water_sanitation_health/publications/2012/globalcosts.pdf>. Acesso em: 09 maio. 2016.

OSTROM, Elinor. New horizons in institutional analysis. *American Political Science Review*, v. 89, n. 1, p. 174-178, 1995.

PROBST, Marcos Fey. A interação entre poder concedente e a agência reguladora. In: GALVÃO JR, Alceu de Castro et al (Org.). *Regulação do Saneamento básico*. Barueri: Manole, 2013. p. 73-94.

RIPLEY, Randall B. *Stages of the policy process*. In: MC COOL, Daniel (Org.). *Public Policy. Theories, Models and Concepts. An Anthology*. New Jersey: Prentice Hall, 1995. p. 155-173.

RIBEIRO, Wladimir Antonio; COSTA, Silvano Silvério da. Dos porões à luz do dia. Um itinerário dos aspectos jurídico-institucionais do saneamento básico no Brasil. In: CASTRO, Esteben José; HELLER, Leo (Orgs.). *Política Pública e gestão de serviços de saneamento*. Belo horizonte: Fiocruz, 2013. p. 467-482.

RIKER, William H. The Two-Party System and Duverger's Law: An Essay on the History of Political Science. *The American Political Science Review*, v. 76, n. 4, p. 753-766, 1982.

ROUSE, Michael. Paradigma centrado no setor privado. In: CASTRO, Esteben José; HELLER, Leo (Orgs.). *Política Pública e gestão de serviços de saneamento*. Belo horizonte: Fiocruz, 2013. p.196-213.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Contrato Social*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANCHEZ, Oscar Adolfo. A privatização do saneamento. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 89-101, 2001.

SARAIVA, Flávio Mesquita. A política de Saneamento básico Pós-64, um novo modelo de Intervenção do Estado Brasileiro. *Pesquisa e debate: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia da PUC-SP*, São Paulo, n.3, p.59-72, 1987.

SCHAPIRO, Mario Gomes. Ativismo Estatal e Industrialismo Defensivo: Instrumentos e Capacidades na Política Industrial Brasileira. In: GOMIDE, Alexandre; PIRES, Roberto (Orgs.). *Capacidades Estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Vol. 1. Brasília: Ipea, 2014. p. 239-265.

SCHAPIRO, Mario Gomes; MARINHO, Sarah Morganna Matos. Conflito de Interesses nas Empresas Estatais: Uma análise dos casos Eletrobrás e Sabesp. *Revista Direito e Práxis* [ahead of print], Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/27922/21606>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SCHIRATO, Vitor Rhein. *A noção de serviço público em regime de competição*. 2011. 309 f. Tese (Doutorado em Direito), Faculdade de direito da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

_____. Parcerias Institucionais no setor de saneamento básico: chance ou ameaça às empresas estatais? In: LUNA, Guilherme Ferreira Gomes et al (Coord.). *Saneamento Básico*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p. 471-488.

SCRIPTORE, Juliana Souza; TONETO JUNIOR, Rudinei. A estrutura de provisão dos serviços de saneamento básico no Brasil: uma análise comparativa do desempenho dos provedores públicos e privados. *Rev. Adm. Pública* v. 46, n. 6, p. 1479-1504, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n6/a04v46n6.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. *Plano Nacional de Saneamento – PLANSAB*. Brasília: Ministério das Cidades, 2013. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/plansab_06-12-2013.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2016.

SKOCPOL, Theda. Bringing the state back in: Strategies of analysis in current Research. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Orgs.). *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 3-37.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de; COSTA, Nilson do Rosário. Ação coletiva e veto em política pública: o caso do saneamento no Brasil (1998-2002). *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 8, p. 3541-3552, 2011.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 65-84.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A constituição de uma rede de assistência à saúde na Bahia, Brasil, voltada para o combate das epidemias. *Dynamis*, Granada, v. 31, n. 1, p. 85-105, 2011.

SOUZA, Rodrigo Pagani de. Planejamento dos Serviços de Saneamento Básico na Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. In: MOTA, Carolina (Coord.) *Saneamento Básico no Brasil: Aspectos jurídicos da Lei Federal 11.445/07*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 24-52.

STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONGSTRETH, Frank. *Structuring Politics. Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

TAMASAUSKAS, Igor Sant'Anna. Considerações sobre a possibilidade de transmutação do contrato de programa em contrato de concessão quando da realização de leilão de ações de sociedade de economia mista. In: LUNA, Guilherme Ferreira Gomes et al (Coord.). *Saneamento Básico*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p. 213-231.

TAMBULASI, Richard. Conditionality, Path Dependence and Veto Points: The Politics of Hospital Autonomy Reforms in Malawi. *Journal of Asian and African Studies*, v. 50, n. 2, p. 176-195, 2015.

TAYLOR, Matthew M. Veto and Voice in the Courts: Policy Implications of Institutional Design in the Brazilian Judiciary. *Comparative Politics*, v. 38, n. 3, p. 337-355, 2006.

TEIXEIRA, Júlio César; OLIVEIRA, Guilherme Soares de; VIALI, Amanda de Mello; MUNIZ, Samuel Soares. Estudo do impacto das deficiências de saneamento básico sobre a saúde pública no Brasil no período de 2001 a 2009. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, Rio de Janeiro, v.19, n. 1, p.87-96, 2014.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 18. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

TSEBELIS, George. Veto Players and Law Production in Parliamentary Democracies: An Empirical Analysis. *The American Political Science Review*, v. 93, n. 3, p. 591-608, 1999.

VASCONCELOS, Adalberto Santos de. O Equilíbrio Econômico-Financeiro nas Concessões de Rodovias Federais no Brasil. 2004. 159f. Monografia (Especialização em Controle Externo) – Instituto Serzedello Corrêa, Tribunal de Contas da União, Brasília. 2004. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/equilibrio-economico-financeiro-nas-concessoes-de-rodovias-federais-no-brasil-o.htm>>. Acesso em: 09 set. 2017.

WILLIAMSON, John: What Washington Means by Policy Reform. In: _____ (Ed.). *Latin American Readjustment: How Much has Happened*. Washington: Institute for International Economics, 1990. p. 5-20.

ZEHAVI, Amos J. Veto Players, Path Dependency, and Reform of Public Aid Policy toward Private Schools: Australia, New Zealand, and the United States. *Comparative Politics*, v. 44, n. 3, p. 311-330, 2012.